



Sessão solene | Assembleia Municipal de Caminha | Cineteatro do Bombeiros Voluntários de
Vila Paria de Âncora

25 de abril de 2022|11h

Joaquim Celestino Ribeiro

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Caminha

*Exmos. Membros da Assembleia Municipal de Caminha, Eleitos Municipais e
Presidentes de Juntas de Freguesia e de Uniões de Freguesias*

Emo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Caminha

Exmos.(as) Sr.(as) Vereadores(as) da Câmara Municipal de Caminha

Exmos.(as) representantes das entidades civis, militares, religiosas e associativas

Exmos.(as) munícipes do concelho de Caminha

Exmos.(as) visitantes

Comunicação Social

...

48 anos depois de 48 anos de ditadura fascista em Portugal, faremos do presente o início de uma viagem que nos levará de memória ao passado e que olhará o futuro na esperança no Abril que se há de cumprir. Porque Abril não nasceu em 1974 nem se mantém igual desde esse ano. O presente mostra-nos o quanto Abril é combatido, diariamente, desenterrando e honrando os seus opositores; tapando e condenando aqueles que o construíram e defenderam. Não que esta seja uma novidade na ação política subsequente, desde as primeiras horas, mas a campanha de largo espectro dirigida de forma muito particular aos comunistas portugueses, mostra bem a vontade de deitar por terra a ação heroica e patriótica do único partido que se manteve ativo, na clandestinidade, travando dura luta ao fascismos, não raras vezes com a própria vida. É certo que muitos democratas se lhe juntaram e que muitos perseguiram os mesmos fins, encontrando sempre no PCP o suporte na ação

antifascista e a todos, no seu conjunto, se dever o Abril que, assustado mas determinado, se afirmou na madrugada de 25 de 1974. Mas a raiva à ação comunista no combate ao fascismo, ficou; primeiro escondida, depois afirmando-se, pouco a pouco, até ao limite de alguns defenderem mesmo o fim das comemorações do 25 de Abril. Muito tem contribuído a ação da comunicação social, também ela refém do poder económico. Na apropriação para filme do livro de Carl Sagan, *O Contacto*, feita por Robert Zemeckis em 1997, um magnata da Comunicação Social afirma que quem controlar a Comunicação Social, dominará o Mundo. Hoje vivemos essa realidade. Deixamos de ter notícias para termos opiniões. Mesmo pagando serviços de televisão, são disponibilizados ou eliminados canais sem o nosso consentimento. As leis de mercado ditam que é possível canais de um país serem comprados por canais de outro país. O pensamento único impera e é promovida a morte social dos que ousam questionar ou pensar diferente. As sondagens dominam as campanhas eleitorais e não raras vezes vemos, ouvimos e lemos a provocação à eliminação de votos no partido A ou B, apelando à população que não analise, apenas siga as orientações dadas num qualquer boletim noticioso, com direito à opinião do jornalista. Já não são os jornais se se ajustam às jornadas, mas as jornadas aos jornais. Temos hora marcada para as comunicações, para os diretos, e até se aguarda o sinal de estar no ar para se iniciar uma intervenção.

É neste Abril que vivemos e é neste Abril que nos obrigamos ainda mais a lembrar o Abril revolucionário, o Abril do MFA e dos grandes movimentos de massas populares; o Abril libertário de 48 anos de opressão, o Abril em que tudo se desejou, porque, como tão bem nos cantou Sérgio Godinho “só se deseja tudo quando não se teve nada”. O Abril de hoje é o que quer esquecer as conquistas do de 25 de 74, fazendo crer que no país sempre tivemos tudo. Sempre tivemos Salário Mínimo Nacional; sempre tivemos Serviço Nacional de Saúde; sempre tivemos Escola Pública disponível para todos, em todos os graus de ensino e onde só não estudava quem não queria; sempre tivemos eleições livres e por isso não devemos valorizar os atos eleitorais; sempre

houve proteção no trabalho, ação sindical, livre associação, manifestação artística, social e cultural; sempre tivemos mobilidade sem fronteiras, poder local livre, entre tantas outras matérias. No fundo, que sempre fomos um país livre, respeitador da liberdade dos outros, nomeadamente da sua autodeterminação, pleno de oportunidades e de igualdades. Só que a verdade é que assim não foi ao longo dos 48 anos de ditadura em Portugal. Por isso é factual que o 25 de Abril de 1974 alterou o país. E fê-lo profundamente e não ao de leve, como alguns querem interpretar, parecendo um simples processo pacífico de transição de regime. Não o foi na verdade! Atrás de si ficou o rasto de luta, de sofrimento, de vidas em suspenso! Atrás de si ficou a Guerra Colonial que nos opôs a quem hoje chamamos irmãos! Atrás de si ficaram as prisões, deportações, campos de concentração e mortes! Atrás de si ficou o exílio forçado e a condição de vida miserável!

O 25 de Abril de 1974 trouxe um novo mundo a Portugal e aos Portugueses e não há paralelo algum com outras realidades. A palavra ***Liberdade*** assume contornos singulares na revolução dos cravos porque foi sentida como uma explosão. Uma explosão que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspetos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação. E essas marcas confrontam todos os ensejos de aligeirar a realidade que nos levou a Abril e “às portas que Abril abriu”, nas palavras de Ary.

O lirismo virtuoso e a produção cénica jamais abafarão as circunstâncias, o medo, o peso de uma ação com consequências reais na vida de cada um e na do país. As operações foram programas e depois executadas naquela madrugada dos capitães, os de Abril como hoje os recordamos. Com os seus homens, desarmaram o regime opressor e juntos viram a manhã de ruas e praças de gente a associarem-se. E as liberdades atingiram novo patamar, porque quem ali estava se sentiu verdadeiramente cidadão, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País. Depois de 48 anos, exprimiram livremente o que pensavam, a maioria, seguramente, pela primeira vez. Esta é a liberdade que encontrou semente na madrugada esperada de Sophia “o dia

inicial inteiro e limpo". Liberdade de pensamento e de expressão, sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas.

Assim, a cada ato comemorativo de Abril exige-se afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal. E é por isso imperativo não emprestar ou vulgarizar este legado nacional e não deixar submergir o que ela foi e representou, sobretudo na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento; é destacar a luta anti-fascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, é não rasurar, qual lápis azul, a memória coletiva que o envolve. É afirmar o caminho que o tornou possível; é rejeitar as perversões e falsificações históricas, é denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo. É sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita, neoliberais e extremistas, têm contrariado.

Por mais que reescrevam a história, Abril foi uma revolução, não uma "evolução" ou "transição" entre regimes, um momento e um processo de rutura com o regime fascista, o derrube do fascismo e de tudo aquilo que o suportava.

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude e do povo.

Por isso comemorar Abril é comemorar o que hoje somos. É lembrar a nossa constituição e a sua marca na afirmação de um país, como elemento inseparável do processo revolucionário que se iniciou em 25 de Abril de 1974 e

dos valores que projetou de liberdade, democracia, justiça social, paz e soberania. A Constituição teve desde o momento da sua construção inimigos declarados, mas também inimigos dissimulados como se tornou evidente ao longo da sua vigência. Os grandes interesses económicos e financeiros, os grandes senhores da terra, nunca se conformaram com o seu projeto libertador e emancipador e viram sempre a Constituição de Abril como um obstáculo à reposição e afirmação dos seus interesses e do seu poder perdido. E sempre que hoje se fala em alterar uma vez mais a constituição, não é de modernidade que se fala, mas antes de retrocessos aos avanços e conquistas do povo Português. E é nas crises que mais estes interesses se afirmam, fazendo das misérias populares o eco que abafa os seus lucros, o seu despeito sobre as classes trabalhadoras e o povo.

Mas comemorar Abril, é também assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas, no que este sessão é disso exemplo.

Abril foi e é um processo libertador, desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a ação do passado fascista assentavam.

Foi pela ação revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local, hoje ameaçado pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local, ainda por cumprir, com o nível regional, a par dos municípios e freguesias.

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar, se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à

causa pública, e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.

As práticas, neste nosso território, têm, contudo, apontado caminhos que desapontam Caminha, os seus eleitos e, seguramente, os eleitores. As forças de direita que agora se coligam, desligam-se dos compromissos e das realidades construídas em favor das populações e da democracia. O exercício político serve apenas pela garantia de presença nos órgãos, que só dessa forma é conseguida, destrói os alicerces do debate e assume o austero condicionamento da intervenção política pelo pendor exacerbado de atos burocráticos, restrições baseadas na extrapolação de interpretações legais, limitações à pronúncia livre e ataques laborais, imputando custos ao município, reduzindo disponibilidades e procurando reféns na afirmação pessoal, dogmática, no quadro da formação e personalidade, enferma, na incapacidade de ação coletiva em favor do território. Trilham-se caminhos que eliminam aliados e opositores, internos e externos, promovem-se esquecimentos, mudanças de posição, negação de princípios e de compromissos eleitorais. Por vezes com persuasão, é certo, conquistando mesmo o PS na promoção do repúdio ao PCP nesta Assembleia, negando o quanto a génese socialista poderia impor, abalando princípios ideológicos de forma imprevisível.

Mas a democracia sobreviverá, contudo, porque, não há ingenuidade de ação. A fragilidade da surpresa, cria ilusões, confronta o *status quo* e parece ganhar-lhe, dando benefício aos que assim agem e àqueles que lhes dão a cobertura política necessária. Claro que a falta de zelo, o excesso de conforto nas maiorias construídas ao longo dos anos, engordaram a ignorância e a observância e servem de chão fértil a esta ação. Mas quem não entende o passado terá sempre dificuldades em construir um futuro diferente. Por isso, mais cedo que tarde, será facilmente compreendido que estas são forças contrárias ao progresso. São agentes que gostam de março, e, se obrigados a avançar, no limite saltarão para novembro. Só que o povo tem memória. O povo reconhece quem soube no passado dar 48 anos de luta, de vida, de entrega. Apesar de continuamente ser alvo de uma ação organizada

anticomunista e antidemocrática, através dos mais diversos órgãos, formas e irreflexões, os democratas, os defensores do povo, aqueles que vivem para lá da luzes das câmaras e das colunas de jornal, saberão juntar a sua voz às razões mais nobres da justiça, da paz e do progresso.

E é neste progresso que medimos a juventude. Não na mera evidência de que o futuro lhes pertence, mas na urgente necessidade de lhes darmos o presente. A política é velha e os que decidem marcam no abdómen a indiferença do peso das suas decisões, precisamente sobre os mais jovens. O custo da habitação, o custo dos bens essenciais, o custo na mobilidade, a falta de estabilidade laboral, o desespero de se ver a cada dia que passa mais distante de dar corpo a um sonho, a uma vida, a uma família, a massa salarial que indigna o investimento feito e cujo aumento não combate a inflação, deixam os jovens de lado, à espera de um futuro que na verdade não existirá se não for assumido no presente. Mas isso acontece porque quem decide não é jovem, não vive de poucos salários, não persiste na casa dos pais por não se poder emancipar economicamente, não sabe o que são bens essenciais, apenas reconhece uma lista de excel onde, centimos acima, ou centimos abaixo, não há razão de impacto no seu dia a dia. Decisores políticos a quem cabe a gestão pública e optam por fazer uso do sistema privado na saúde ou na educação. Decisores políticos afinal eleitos pelos jovens de hoje. Decisores políticos que, em nome de todos, essencialmente dos jovens a quem garantem um dia o futuro lhes pertencer, nos comprometem, nos condicionam e nos criam a angústia de ver o futuro vazio, sempre mais perto, e Abril a afastar-se.

Abril foi feito por muitos jovens. Foram muitos os jovens que envelheceram lutando por Abril ao longo de 48 anos de ditadura. O testemunho de Abril é que a força da juventude é válida no presente e não apenas no futuro.

Por isso defender Abril é, a par da defesa da paz, defender a juventude para defender o futuro. E para isso é essencial ter coerência no ato, elevação no trato e compromisso na decisão, numa firmeza que não confunde e não ilude, que aproxima os jovens e lhes permite decidir, dando o essencial à vida política, que é a confiança.

É com a voz da juventude que queremos terminar esta nossa intervenção. São as palavras simples de Alice Neto de Sousa que fala, aos seus 28 anos, todos vividos em liberdade...

“Porque as chuvas que me caem ainda são de março,
e algo me chove a mais dentro do peito,
como se os cravos se fossem murchar,
como se a liberdade fosse este vento,
como se nos quisessem calar,
como se nos faltasse sangue no peito. ”

...

“É esta a mesma luta que começamos há anos atrás?
Ia jurar que estes marços me sabem a todos iguais. ”

Está na moda sermos tudo e não sermos nada.

Nós queremos e desejamos ser Abril!

Nós queremos e desejamos ser Portugueses!

Nós queremos e desejamos ser livres, e na liberdade construir um país que reduza as assimetrias, que nos aproxime e nos garanta uma vida melhor, um projeto de vida para as gerações futuras, uma oportunidade de sermos, afinal, livres!

Viva o 25 de Abril!

Viva o Concelho de Caminha!

Viva Portugal!

Joaquim Celestino Ribeiro | CDU – Coligação Democrática Unitária
25 de Abril de 2022